

O Espaço Rural na Região da Campanha Gaúcha: Territorialidades e Desenvolvimento. O Caso do Assentamento Conquista do Caiboaté, São Gabriel- RS
Anderson Luiz Machado dos Santos e Cesar De David

O ESPAÇO RURAL NA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA: TERRITORIALIDADES E DESENVOLVIMENTO. O CASO DO ASSENTAMENTO CONQUISTA DO CAIBOATÉ, SÃO GABRIEL- RS

Anderson Luiz Machado dos Santos¹
Cesar De David²

Resumo: *O universo do espaço rural na região da Campanha Gaúcha apresenta uma diversidade que se configura a partir dos agentes sociais que se apropriam desse espaço e transformam-no em território. Contudo, a dominação do capitalismo sobre o espaço rural em questão impõe a conflitualidade entre modelos de desenvolvimento distintos a partir de diferentes territorialidades. Neste trabalho discute-se os sentidos desses modelos a partir de duas territorialidades: a territorialidade do latifúndio e agronegócio e a territorialidade emergente dos assentamentos rurais, com ênfase no Assentamento Conquista do Caiboaté, implementado em 2008, no município de São Gabriel- RS. A reflexão sobre essas realidades é estabelecida a partir de uma abordagem que leva em consideração as contradições e as dinâmicas nas quais estão inseridas. Tal investigação possibilita inferir que o espaço rural da Campanha Gaúcha incorpora o processo de desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo de maneira singular, em que a territorialidade do latifúndio e do agronegócio se configura como hegemônica. Por sua vez, a territorialidade dos assentamentos rurais, ao buscar construir alternativas no que diz respeito a viver e a produzir na terra de trabalho, caracteriza-se como uma territorialidade contra-hegemônica, a partir da qual se constroem estratégias que se movimentam em direção à perspectiva de um modelo de desenvolvimento territorial rural sustentável, como se verifica no caso do Assentamento Conquista do Caiboaté.*

Palavras-Chave: Espaço Rural; Território; Territorialidade; Desenvolvimento.

THE RURAL SPACE IN THE REGION OF THE CAPANHA GAÚCHA: TERRITORIALITIES AND DEVELOPMENT. THE CASE OF THE SETTLEMENT CONQUISTA DO CAIBOATÉ, SÃO GABRIEL- RS

Abstract: *The universe of the rural space in the region of the Campanha Gaucha presents a diversity that is configured from the social agents that appropriate this space and transform it in territory. However, the domination of the capitalism over the rural space concerned imposes the conflictuality between different models of development from different territoriality. In this paper it are discussed the meanings of these models from two territorialities: the territoriality of latifundia and agribusiness and the emerging territoriality of rural settlements, with emphasis on the Settlement of Conquista do Caiboaté,*

¹Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria, Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação e Território, Mestrando em Geografia PPGEO-UFSM – Email: anders_machado@yahoo.com.br

² Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria, Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação e Território, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências – E-mail: cdedavid2009@gmail.com

implemented in 2008 in the municipality of São Gabriel-RS. The reflecting about these realities is established from an approach that takes into account the contradictions and the dynamics in which they are inserted. An investigation like that enables to infer that the rural space of the Campanha Gaucha incorporates the process of unequal geographical development of the capitalism uniquely, in which the territoriality of latifundia and of agribusiness it is configured as hegemonic. In turn, the territoriality of the rural settlements, seeking to build alternatives with regard to live and to produce in the land of work, it is characterized as a counter-hegemonic territoriality, from which are built strategies that move toward to the perspective of a model of sustainable rural territorial development, like in the case of the Settlement Conquista do Caiboaté.

Key Words: Rural Space; Territory; Territoriality; Development.

INTRODUÇÃO

O universo do espaço rural na região da Campanha Gaúcha se insere em uma diversidade de elementos que perpassam múltiplas dimensões da organização espacial. Na dimensão ambiental, ele se constitui a partir da biodiversidade inerente ao bioma pampa, incorporando os elementos de uma formação geomorfológica, bem como fauna e flora específicas. Tais elementos influenciam na constituição de sua dimensão econômico-social e simbólico-cultural, através das relações sociais e políticas que se forjaram no processo histórico da ocupação do território sul-rio-grandense. Assim, do espaço rural da campanha gaúcha passou a se configurar como um espaço fronteiro oriundo das disputas e articulações internas e externas desde a expansão da colonização portuguesa e hispânica em direção ao sul da América Latina a partir do século XVI.

No curso da história, sua riqueza e sua diversidade converteram-se em fonte de acumulação para uma parcela minoritária da sociedade. Em consequência, para a parcela majoritária da sociedade regional, o espaço transformou-se, de fonte de liberdade e auto-determinação, em fonte de alienação, exploração e expropriação. A presença do latifúndio pastoril enquanto forma-conteúdo que dominou a produção do espaço rural em questão, desde o período colonial até os estágios mais avançados do desenvolvimento capitalista, coloca-se como elemento central nesse processo. A este último soma-se o processo de modernização da agricultura que tratou de inserir o agronegócio a partir das culturas do arroz irrigado, trigo e soja, como uma das estratégias de reprodução da grande propriedade.

Por outro lado, é mister desmistificar a concepção de que apenas o latifúndio e o agronegócio configuram a ontologia do espaço rural em questão. Trata-se, pois, de visitar

a história para compreender que, dentre os sujeitos que protagonizam a produção desse espaço, situa-se um conjunto de pequenos lavradores e criadores que se inseriram nos interstícios da grande propriedade, como os trabalhos de Osório (2004) e de Farinatti (2006) tem evidenciado. Isso possibilita afirmar a existência de um campesinato fronteiriço, conforme a denominação de Fonseca (1994), que se encontra em um permanente processo de desterritorialização e reterritorialização frente aos avanços e recuos do latifúndio e do agronegócio no curso da história. Um campesinato que passa por um processo de invisibilidade no contexto da sociedade civil e dos aparelhos de Estado em virtude da hegemonia do latifúndio e do agronegócio. Questão que necessita ser investigada com maior profundidade.

Não obstante, outro processo emblemático na dinâmica do espaço rural da Campanha Gaúcha reside na implementação de assentamentos rurais, sobretudo a partir da década 90 do século XX. Tal processo resulta da mudança de orientação nas políticas estatais mediante as lutas dos movimentos sociais rurais, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, ao intensificar sua luta pela alteração da estrutura fundiária vigente no Rio Grande do Sul, territorializa-se na região da Campanha. Com os assentamentos rurais, emergem novas dinâmicas no movimento da produção do espaço. Verificam-se transformações significativas no espaço rural e urbano dos municípios em que eles se estabelecem em virtude das estratégias que os sujeitos imbricados tem construído para manutenção e reprodução de suas vidas, como demonstram os estudos de Alvez (2006) e Chelotti (2009).

Tal complexidade impõe a necessidade de um grande esforço de análise para a compreensão da dinâmica da produção do espaço rural, de seus diferentes territórios diante do movimento de dominação e apropriação do espaço pelas diferentes classes e grupos sociais. Em São Gabriel, município que faz parte da referida região, encontra-se uma das expressões dessa complexidade. Uma das questões emergentes reside no conflito entre o campesinato em movimento e os grandes proprietários fundiários, sejam estes tradicionais latifundiários ou modernos capitalistas que disputam as frações do território no espaço rural do município. Como resultado desse embate, o campesinato desterritorializado tem conquistado diversos assentamentos rurais que acenam para a possibilidade de um modelo de desenvolvimento distinto do até então hegemônico. Dentre os mesmos situa-se o Assentamento Conquista

do Caiboaté, conquistado no ano de 2008, após muitos enfrentamentos estabelecidos entre o MST e grandes proprietários de terra, mediados pelas agências estatais ².

Diante de tais premissas, o presente trabalho procura discutir o processo de desenvolvimento geográfico desigual ao qual o espaço rural da Campanha Gaúcha está submetido mediante a égide capitalista. Neste espaço, coexistem modelos de desenvolvimento calcados em territorialidades distintas, como latifúndio e agronegócio, e o campesinato reterritorializado nos assentamentos rurais. Tomando-se este último como objeto de estudo, propõe-se desvelar, aqui, as alternativas encontradas pelos camponeses-assentados do Caiboaté; o sentido do modelo de desenvolvimento que constroem e as possibilidades para que tais sujeitos aprofundem sua ação coletiva na perspectiva de um desenvolvimento territorial rural sustentável.

Par tal utilizou-se o método que leva em consideração as contradições e o movimento vigente no estado das coisas. Os procedimentos metodológicos abrangem a reflexão teórica articulada à obtenção de dados empíricos a partir da consulta de fontes secundárias e trabalhos de campo, no qual foram obtidas informações tanto a partir da observação espacial, quanto de relatos de história entre as famílias assentadas.

O desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo no espaço rural da Campanha Gaúcha

É possível definir o capitalismo enquanto o modo de produção no qual a desigualdade é intrínseca a sua natureza, pois o mesmo se sustenta através da acumulação de capital. O princípio elementar desse processo reside na incorporação e exploração da força de trabalho alheia através do processo de produção das mercadorias. Sua expressão mais notável é a extração da mais-valia relativa estabelecida pela tríade, propriedade privada dos meios de produção, incremento tecnológico e exploração da força de trabalho livre no mundo das mercadorias (MARX, 1985).

Como pondera Harvey (2006), a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista, tornando-o muito dinâmico e inevitavelmente expansível, impondo-lhe uma força capaz de transformar o mundo. Entretanto, é de suma importância compreender

² Estudou-se o processo da formação do referido assentamento através do trabalho de conclusão do curso intitulado: **A reconstrução dos territórios a partir da luta pela terra: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel-RS**. Santa Maria: UFSM, 2010. Assim, os dados aqui apresentados referem-se aos resultados do referido trabalho de pesquisa.

que o capital é, em primeira instância, uma relação de expropriação e de exploração que cria, de um lado, os exploradores, de outro, os explorados, produz a fratura e a fome. Este é o caráter inerente à contradição do desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 1996).

Nessa relação social, não só se criam novos processos exploratórios pelo seu dinamismo, mas também a ordem do capital é capaz de manter processos que precederam sua expansão dentro de uma formação econômico-social, como a extração da renda fundiária, parte da chamada acumulação primitiva de capital (MARX, 1983). Entretanto, no contexto de uma formação social capitalista, a renda fundiária transforma-se em renda territorial capitalizada. Essa transformação advém de dois processos que concernem à expansão do capitalismo sobre o espaço rural: a transformação da terra em propriedade privada e o caráter de mercadoria que a mesma assume (KAUTSKY, 1980).

Entretanto, o processo de valorização desta mercadoria, bem como das mercadorias que ele pode gerar em decorrência de sua exploração, difere-se do processo de valorização do capital a partir da extração da mais-valia. Pois,

Para alguém embolsar uma renda territorial, basta-lhe o título de proprietário fundiário. Quando aluga seu domínio, não carece mexer o dedo para ter o benefício da renda territorial. Para realizar o lucro que os trabalhadores lhe proporcionariam, o capitalista, mesmo no caso de não colaborar ativamente na produção, é obrigado ao menos intervir na esfera da circulação das mercadorias, na compra e na venda. A isso foi obrigado, ao menos, até o dia em que as sociedades por ação o tornaram inútil nessa esfera, mostrando que poderiam dispensá-lo. O proprietário territorial só precisa ter a sua posse fundiária para receber as suas rendas, e muito frequentemente vê-las aumentar (KAUTSKY, 1980 p.98).

Isso ocorre em virtude de que, no movimento do capital, o mesmo transfere parte do lucro extraordinário do capitalista, decorrente da massa de mais-valia extraída, ao proprietário fundiário que detém o direito de apoderar-se de uma mercadoria que é fonte de riqueza, mesmo na ausência do processo de trabalho, o solo. Assim, o capital, cuja tendência é dominar os diversos setores da produção, paga ao proprietário fundiário a renda territorial capitalista.

Esta difere-se da renda fundiária feudal, que se estabelecia a partir das relações de domínio pessoal do proprietário do fundiário sobre o camponês parcelar. Configura-se como um tributo social, que é pago pelo conjunto da sociedade, pois o processo de valorização das mercadorias que as transformam em capital é um processo social, visto que o processo de

trabalho é socializado. Entretanto o resultado, a mercadoria produzida, é apropriada de forma privada pelo capitalista, gerando o lucro. Esta renda que decorre do monopólio da propriedade da terra é denominada “renda absoluta”³. Através desta, a propriedade da terra converte-se em reserva de valor.

Assim, as condições históricas precedentes facilitam o mecanismo de expansão do capital no espaço através das formas que passam a ser usadas para atuar em consonância com a estrutura social que o capitalismo impõe (SANTOS, 2007). É nesse contexto que o latifúndio, concebido enquanto grande propriedade improdutiva é incorporado ao processo de acumulação de capital.

Esses movimentos de criação do novo e incorporação do velho representam “um passo em direção ao salto qualitativo que leva à mudança da reprodução simples, necessária a sobrevivência de um grupo, para a reprodução ampliada, necessária a acumulação” (SANTOS, 2007, p.192). No entanto, a produção simples de mercadoria não deixa de existir, o que possibilita afirmar que,

[...] a reprodução do capitalismo resulta de um processo social complexo e contraditório, marcado pelo envolvimento, transformação, criação e reprodução de formas de produção não capitalistas, além da reprodução de formas capitalistas, e pelos constantes embates políticos daí decorrentes em que os Estados, e cada vez mais também certas instituições internacionais, desempenham um papel-chave (MARQUES, 2008, p. 71).

Portanto, este é um processo inerente ao capitalismo, é a capacidade deste se desenvolver temporal e espacialmente de forma desigual como aponta Harvey (2006). Daí o emprego da expressão “desenvolvimento geográfico desigual”, cujas características elementares são:

(1) a base material que envolve o processo de acumulação de capital na teia da vida sócio-ecológica; (2) a acumulação por espoliação (quando recursos pré-existentes – força de trabalho, dinheiro, capacidade produtiva ou mercadorias - são reunidas e postos em circulação como capital); (3) o caráter da lei da acumulação do capital no espaço e no tempo; (4) as lutas políticas, sociais e de classe numa variedade de escalas geográficas (Marques, 2008, p. 72).

Na formação social brasileira, esse processo é emblemático e encontra uma de suas expressões no espaço rural da Campanha Gaúcha, sobretudo no que se concerne, por um lado, à subordinação da renda da terra ao capital, através do tradicional latifúndio e do

³ Consultar Kautsky (1980).

moderno agronegócio, e, por outro, à coexistência de outras formas de propriedade como a de caráter camponês subordinada ao capital em diferentes níveis. Nessa coexistência, é fundamental compreender como, a partir do processo de desenvolvimento geográfico desigual, o latifúndio e o agronegócio constroem sua hegemonia através dos territórios que produzem, bem como o campesinato se desterritorializa e reterritorializa na conflituabilidade inerente às relações de classe e nesse movimento, ao desenvolver diferentes estratégias de reprodução no tocante a viver e produzir na terra de trabalho, constitui a contra-hegemonia no território .

O latifúndio e o agronegócio: territorialidade, hegemonia⁴ e modelo de desenvolvimento

Considera-se a região da Campanha Gaúcha a partir da definição do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o qual parte da concepção de que as regiões correspondem a espaços homogêneos e polarizados segundo critérios da existência humana ou econômica, divididos entre Mesorregiões Geográficas e as Microrregiões Geográficas. A região tomada aqui corresponde, portanto, à Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense, abrangendo os municípios de Garruchos, São Borja, Macambará, Itaqui, Manuel Viana, São Francisco de Assis, Alegrete, Uruguaiana, Barra do Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel, Santa Margarida do Sul, Lavras do Sul, Dom Pedrito, Bagé, Hulha Negra e Aceguá.

Ao considerar a complexidade do universo do espaço rural da Campanha Gaúcha, também é importante salientar que “na afirmação de uma regionalidade há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial” (GOMES, 2003, p.72). Mediante essas considerações, o levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em 2003 (Tabela I), contribui para a desmistificação da concepção que compreende o espaço rural em questão como uniforme do ponto de vista da apropriação pelas classes sociais, visto que tal levantamento demonstra a existência de uma parcela significativa de pequenos proprietários que constitui cerca de 60% unidades de produção. Estes, no entanto,

⁴ O termo hegemonia é aqui empregado de acordo com a visão de Antonio Gramsci. De acordo com Gruppi (1978, p. 3), “Gramsci – quando fala de hegemonia – refere-se por vezes a capacidade dirigente, enquanto outras vezes refere-se simultaneamente à direção e dominação”. Sendo que, em Gramsci, este conceito é desenvolvido em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer.[...] Também é a superação da contradição entre teoria e prática, pois ele não se coloca automaticamente, é resultado de um processo de luta. (p.73).

ocupam menos de 15% do espaço agrário, enquanto 40% das propriedades rurais (grandes propriedades) ocupam 85%. Isso revela o processo de concentração da estrutura fundiária que se faz presente na região, cujas raízes históricas se encontram no período colonial, tornando-se mais profundo pelos impactos do capitalismo monopolista no seu espaço rural. Assim, diante de formas-conteúdo⁵, como o latifúndio, sinônimo de grande propriedade e de ausência da função social da terra. Cujo próprio conceito jurídico-formal revela o seu conteúdo, o qual corresponde à lógica da terra de negócio, como aponta Prado Jr. (1981), antagonista da terra de trabalho que visa reprodução da vida, materializada na propriedade camponesa, o espaço rural vai incorporando as contradições do desenvolvimento capitalista. Logo, considerar o diverso e contraditório, torna-se o caminho para a sua compreensão e entendimento (OLIVEIRA, 1988).

Não obstante, é possível identificar elementos que permitem caracterizar a territorialidade do latifúndio no espaço rural da Campanha Gaúcha, como distinta em relação a outras formas de apropriação do espaço vigentes em outras regiões brasileiras. Sobretudo, quanto se concebe que a territorialidade corresponde à multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma comunidade, que expressa uma relação com a exterioridade (RAFFESTIN, 1993). Trata-se de “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível” (RAFFESTIN, 1993, p.160). Uma territorialidade que se configura a partir das múltiplas dimensões da organização do espaço social, abrangendo desde a dimensão econômico-social, político-ideológica, até a dimensão simbólico-cultural, nas quais se encontram as dinâmicas de construção da hegemonia através do território.

Por sua vez, a hegemonia se constrói através de dois processos:

- 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto da confiança) que o grupo dominante obtém por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1978, p.11).

⁵ Na sua reflexão a respeito da dinâmica espacial, Santos (2007, 2008) insere as formas-conteúdo enquanto categorias analíticas. A utilização dessa categoria corresponde à compreensão de que “toda forma tem uma função que tanto pode cooperar com a estrutura social como contradizê-la. Trata-se aqui de uma forma com conteúdo, de uma *forma-conteúdo*, de uma realidade, em oposição à forma vazia que consiste quer numa expectativa quer numa ilusão. (Santos, 2007, p.200). Nesse sentido, o Latifúndio opera enquanto forma conteúdo que coopera com a estrutura social dominante.

TABELA I - Estrutura Fundiária da Região da Campanha por estratos em 2003

Estratos de área (ha)	Campanha Ocidental		Campanha Central		Campanha Meridional	
	Total de Imóveis	Área Total (ha)	Total de Imóveis	Área Total (ha)	Total de Imóveis	Área Total (ha)
< de 1	75	43,8	45	24,8	47	27,9
1 a < de 2	178	251,0	163	224,0	95	136,0
2 a < de 5	1.317	4.347,0	709	2.393,3	600	1.999,6
5 a < de 10	1.568	11.437,2	971	7.054,1	736	5.451,1
10 a < de 25	2.916	51.088,7	1.779	30.123,6	1.205	23.939,3
25 < de 50	2.290	84.754,6	1.305	47.790,0	1.432	39.088,0
50 a < de 100	2.065	161.052,2	1.170	94.536,5	904	65.628,6
100 a < de 200	1.462	211.445,5	818	119.311,0	673	96.057,9
200 a < de 500	1.457	474.834,5	746	224.203,2	676	222.238,0
500 a < de 1000	651	463.830,6	356	256.809,2	339	247.66,4
1000 a < de 2000	259	387.663,7	147	205.486,6	141	199.308,7
2000 a < de 5000	109	334.616,3	49	142.100,8	63	107.138,6
5000 a < de 100000	16	111.6333,9	11	725.111,00	2	10.237,9
10000 a < de 200000	0	0	1	13.438,2	0	0

Fonte: INCRA, 2003
Org.: Santos, 2010.

Portanto, ainda que se verifique a presença de um conjunto de pequenos proprietários nesse espaço rural, compondo uma classe social de camponeses fronteirços, os mesmos não conseguem estabelecer sua autonomia. Assumem uma condição de classe subalterna, em primeira instância, em decorrência do tradicional latifúndio pastoril exercer sua hegemonia no território, tanto pelo sistema de produção quanto pela ideologia que impõe. De modo que,

[...] a estância, propriedade latifundiária típica da chamada metade sul do Estado do Rio Grande do Sul encerra em si dois momentos essenciais: mais do que uma unidade de produção que produz bens econômicos – o gado de

corde criado extensivamente – constitui também um concepção de mundo que perpassa as demais classes sociais (FONSECA, 1994, p.6).

Diante desse processo de direção econômica, intelectual e moral pela cultura, exercida pelos grandes proprietários de terra, o camponês fronteiro reproduz a concepção de mundo da classe dominante e continua tendo como atividade produtiva a pecuária, pois tem na classe latifundiária a sua referência. Para Fonseca (1994, p14) “a formação desta superestrutura, isto é, da ideologia do latifundiário e de suas variadas formas de difusão, é reproduzida acriticamente pelas classes subalternas ou auxiliares”. Trata-se da construção de um *habitus*⁶ da classe dominante, que é internalizado pelas classes subalternas, impactando sobremaneira em suas formas de pensar e agir. As pesquisas sociológicas podem contribuir para aprofundar a reflexão sobre tal questão.

Dessa forma é possível evidenciar o poder que os latifundiários exercem, pois sua concepção de mundo permeia toda a sociedade civil.

Ser pecuarista é condição que mesmo os elementos ligados a atividades urbanas desejam, sejam bancários, comerciantes, prestadores de serviços ou profissionais liberais. Regra geral, o capital acumulado a partir do trabalho tipicamente urbano é investido na aquisição de gado, no arrendamento ou na compra de terras para essa finalidade (FONSECA, 1994, p. 93) .

Esse poder do latifundiário regional na sociedade civil também se impõe sobre os aparelhos de Estado. Suas origens se remetem ao século XIX, quando, segundo Axt (2007), a figura do latifundiário regional se consolida enquanto ator político, inserido no que a historiografia caracteriza como sistema político coronelista, marcado pela preservação dos esquemas informais de poder, encharcados de patrimonialismo e mandatismo. O que corrobora com a tese de Guimarães (1981, p. 35), para quem o latifundiário historicamente deteve “uma força maior do que o poderio econômico, uma outra espécie de poder que frequentemente supera e sobrevive àquele - o poder extra-econômico”.

O acima descrito pode ser definido como o poder *simbólico* dos latifundiários. Visto que este corresponde ao

[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo a ação sobre

⁶ Para Bourdieu (1999) o conceito de *habitus* corresponde a um sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação de um futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas ajustadas às estruturas. Contempla o movimento de internalização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporados.

o mundo, [...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) (BOURDIEU, 2005, p.14).

Mesmo com a expansão do modo de produção capitalista, apesar de empreender diversas transformações no espaço rural da Campanha Gaúcha, principalmente a partir da década de 1960, com a modernização da agricultura, não houve a quebra da hegemonia da classe latifundiária na sociedade civil. Ainda que, no que concerne a sua influência sobre os aparelhos de Estado, pode-se considerar que os latifundiários perderam certo espaço para outras frações de classe que compõem o bloco de poder, processo intrínseco às disputas entre as próprias classes dominantes (AXT, 2007).

Outras estratégias de manutenção e reprodução de seu poder na sociedade civil emergem. Nesse contexto, como aponta Chelotti (2009), com a modernização da agricultura, surgem no Rio Grande do Sul novos atores sociais, os empresários rurais, não necessariamente proprietários de terra, mas que vislumbram nela uma fonte de produção de riqueza, espaço de geração de lucros e acumulação. Assim, ocorre a expansão da lavoura empresarial principalmente do arroz irrigado, e, posteriormente, da soja e do trigo na Região da Campanha, através da exploração de terras vinculadas historicamente à pecuária tradicional, mediante o mecanismo do arrendamento capitalista. Logo,

[...] a Campanha Gaúcha, que historicamente possuía sua base econômica na atividade latifundiária pastoril, inseriu-se em um novo padrão de exploração do solo, ou seja, a agricultura capitalista, sustentada basicamente pela orizicultura. Mas, é importante deixar bem claro que esta nova reestruturação econômica não foi capaz de desestruturar o espaço latifundiário, pelo contrário, o pecuarista usufruiu sua condição de proprietário para arrendá-la (CHELOTTI, 2009, p.96).

Esse processo revela o mecanismo do arrendamento capitalista como uma estratégia de reprodução da territorialidade latifundiária, com vistas à manutenção de seu poder, reconstruída em novas bases. Ocorre à associação da pecuária de corte à lavoura capitalista e estas atividades produtivas começam a dividir espaços constituindo uma nova forma de exploração da terra, em que a lavoura altamente capitalizada dinamiza a economia regional por sua produtividade maior do que a atividade pecuária. Esse movimento representa a aliança entre grandes proprietários de terra e capitalistas na subordinação da terra ao capital. Trata-se da constituição do agronegócio no espaço rural da Campanha Gaúcha, modelo de desenvolvimento cujas características centrais residem na monocultura, na produção em

larga escala, na exploração do trabalho assalariado, no incremento tecnológico. Um complexo sistema que abrange agricultura, indústria, mercado e finanças sob o controle do capital (FERNANDES; WELCH, 2008).

Nesse sistema também é importante destacar o impacto do capital monopolista que viabiliza outras formas de reprodução da territorialidade do latifúndio e do agronegócio, pois, nesse estágio do desenvolvimento capitalista, segundo Sweezy (1997, p.47), “a concorrência, cede inevitavelmente lugar ao monopólio via a concentração e centralização do capital”. Como consequência desse processo, em muitos casos, as grandes propriedades estão nas mãos de grandes grupos econômicos que operam em várias áreas, como banco, comércio, indústria.

A leitura de Chelloti (2009) corrobora com essa visão, visto que o mesmo identifica a aquisição de terras por grupos empresariais de outras regiões ou até mesmo estrangeiros na Região da Campanha. Por isso, muitas propriedades rurais estão nas mãos de pessoas que não residem na região, apenas desenvolvem atividades produtivas diversas, como a criação de cavalos crioulos, gado de leite, plantação de uvas finas e silvicultura. Ocorre o que Oliveira (2004) define como territorialização do capital monopolista.

Em síntese, estas questões expressam uma aliança entre o latifúndio e o agronegócio, entre a acumulação de capital a partir da renda fundiária territorializada e do lucro capitalista no processo de desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo no espaço rural da Campanha. Neste, empreende-se uma mudança da base técnica e dos agentes produtores do espaço rural na Região da Campanha, sem a alteração significativa na estrutura de propriedade e nas relações de poder que continuam sob a égide do latifúndio que se alia ao agronegócio, constituindo um bloco no poder⁷. Estas são questões que reforçam a subordinação da renda da terra ao capital e convergem com a tese de Vergopoulos (1986, p.157), para quem a terra assume uma função perversa no sistema social capitalista, visto que “ela funciona no fundo como uma restrição extra-econômica que é, entretanto, economicamente valorizada”. Por isso, há uma permanente disputa em relação a ela, visto que é fonte de acumulação de capital, portanto, fonte de poder.

Assim, a reflexão sob a perspectiva territorial permite inferir que a territorialidade do latifúndio e do agronegócio, enquanto hegemônicas, correspondem ao que Dematteis e

⁷ Bloco no poder: diz respeito ao bloco social, ao conjunto de classes sociais que, articulados, exercem sua dominação sobre os Aparelhos de Estado e a hegemonia na sociedade civil (Gramsci, 1968).

Governa (2005) definem como territorialidade passiva, uma territorialidade que traz na sua essência o controle imposto pelos agentes hegemônicos.

A pesar de la apariencia, sin embargo no siempre la territorialidad pasiva se realiza por medio de prácticas coercitivas y se plantea objetivos negativos. Más bien, con frecuencia, el control se ejerce "con buen fin". Este "buen" es sin embargo definido por los controladores, mientras que los controlados no tienen posibilidad autónoma de juicio y de acción para hacer valer sus propios intereses (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005, p. 45).

É uma territorialidade capaz de subordinar os sujeitos aos interesses gerais do modo de produção capitalista, cuja expansão se estabelece a partir de um modelo de desenvolvimento calcado na acumulação de capital, que resulta em desigualdades socioeconômicas, político-ideológicas, simbólico-culturais, impulsionadas por uma visão exploratória e destrutiva tanto da natureza, quanto do ser social.

Essa territorialidade e seu modelo de desenvolvimento, bem como a territorialidade do campesinato subalterno coexistem no espaço rural, entretanto, como pondera Fernandes (2008, p.285), "uma classe não se realiza no território de outra classe", visto que os territórios do latifúndio e agronegócio diferem-se dos territórios do campesinato. Os primeiros constituem os territórios do capital por suas similaridades e diferenciais excludentes, tais como a grande propriedade, a especulação imobiliária, os grandes impactos ambientais, a superprodução e superexploração e a concentração do poder político e econômico. O latifúndio exclui pela improdutividade e pela especulação imobiliária, privando os camponeses do acesso à terra. O agronegócio exclui o campesinato pela produção em larga escala e intensa territorialização (GIRARDI; FERNANDES, 2008).

Assim, na medida em o modelo de desenvolvimento do latifúndio e do agronegócio busca manter e expandir sua hegemonia, emerge uma disputa territorial, impondo a conflitualidade, concebida enquanto "um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento" (GIRARDI; FERNANDES, 2008, p.399). Trata-se de um dos processos fundamentais que caracterizam o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

A contra-hegemonia no território: a territorialidade ativa e a luta por alternativas de desenvolvimento no processo de (re)criação do campesinato

A conflitualidade gerada nos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do campesinato, do latifúndio e do agronegócio, desencadeia conflitos como a luta pela terra e os diversos tipos de violência no campo. Nesse contexto, contraditoriamente à lógica excludente do latifúndio e do agronegócio, emerge a luta pela transformação desses territórios, e o espaço rural da Campanha Gaúcha passa a experimentar novas dinâmicas, sobretudo frente à implementação dos assentamentos rurais, que surgem a partir da luta dos trabalhadores rurais sem terra, configurando-se como verdadeiros territórios conquistados dentro do território capitalista (FERNANDES, 2008).

Na perspectiva de Alves (2006), a implementação dos mesmos surge como uma nova estratégia para solucionar os entraves socioeconômicos da região, visto que a criação destes redistribui a terra e dinamiza a economia, criando novos atores e alterando o espaço. Para Chelotti (2009, p. 30), esse processo “possibilitou a configuração de uma nova geografia agrária na medida em que dezenas de assentamentos rurais surgem para reterritorializar os camponeses sem terra”.

A partir dos assentamentos rurais são construídas as condições para a recriação do campesinato enquanto uma classe social e um modo de vida *suigeneris*, bem como de seus territórios no interior do capitalismo. Essa concepção toma como premissa a interpretação de que as contradições do desenvolvimento capitalista permitem a incorporação do campesinato dentro do sistema social em questão ⁸.

Um campesinato que em sua diversidade apresenta como elementos norteadores de sua condição de classe e de seu modo de vida, concepções e práticas sociais particulares nas múltiplas dimensões da vida em sociedade, tais como o vínculo direto com a terra em sua forma específica de concebê-la e de relacionar-se com ela; o uso do trabalho familiar; a reciprocidade e a organização comunitária; a condição de produtor simples de mercadorias na qual o sujeito vende os produtos de seu trabalho para comprar o que não tem condições de produzir (ao contrário da lógica capitalista, em que se compra a mercadoria força de trabalho para produzir e vender novas mercadorias); a condição de ator político que participa dos processos de luta política de forma ativa e passiva.

⁸ Sobre o tema consultar: Amin; Vergoupoulos (1986); Oliveira (2004); Marques (2008); Shanin, (1979, 2008); Fernandes (2008).

Em São Gabriel, município localizado na microrregião geográfica da Campanha Central⁹, apresenta-se uma das expressões desse processo de contra-hegemonia no território, que passa a experimentar um modelo de desenvolvimento que busca alternativas às impostas pelo capital, como ocorre no assentamento Conquista do Caiboaté, implementado em dezembro de 2008 após diversas lutas empreendidas pelo MST.

Tais questões revelam que, tanto para os camponeses-assentados, quanto para os latifundiários e representantes do agronegócio, o território constitui um trunfo para as estratégias de desenvolvimento vigentes no espaço rural da Campanha Gaúcha. Isso permite reafirmar a concepção de que o território é produto de relações sociais, corresponde tanto ao uso do espaço enquanto sistema de objetos e ações (SANTOS, 2008), quanto à sua apropriação e dominação mediante as relações de poder que se estabelecem a partir do espaço (RAFFESTIN, 1993), sendo este mais do que um espaço de governança, mais do que as relações de poder operando sobre com um substrato material, pois conforme Fernandes (2008), o território é uma totalidade. Constitui-se a partir das relações de poder espacializadas, em suas múltiplas dimensões e múltiplas escalas de manifestação no contexto da luta travada pelas diferentes classes sociais para a reprodução de sua existência.

O processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel-RS.

A formação do assentamento Conquista do Caiboaté estabeleceu-se sobre um dos maiores latifúndios da Campanha Gaúcha, o Complexo Southall que abrangia diversas estâncias, totalizando cerca de 13 mil hectares (INCRA, 2003). Após a conquista dos 5 mil hectares desapropriados para fins de reforma agrária em dezembro de 2008, 225 famílias assentadas iniciam novas lutas. Entre estas destacam-se as lutas pela desapropriação de outras áreas, como os 8 mil hectares restantes do antigo Complexo Southall e de estâncias às margens do assentamento. Também destaca-se a luta pelo acesso às políticas públicas necessárias para a consolidação da vida no assentamento, como as políticas de incentivo à produção, o crédito para a construção das moradias, o acesso à saúde e à educação. O que vem ao encontro da visão de Bergamasco e Norder (1996), que pontuam o início de uma nova luta após a conquista do assentamento, sobretudo pela consolidação da posse da terra, pela obtenção

⁹ Essa microrregião abrange os municípios de Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel e Santa Margarida do Sul.

de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas.

Na mesma perspectiva, Da Ros (2002), mostra que o assentamento enquanto um território conquistado na luta constitui uma nova coletividade, marcada pela confluência de trajetórias individuais que, no momento anterior, via-se unificada em torno da identidade de sem terra. Ao se manifestarem, tais trajetórias denotam a diversidade de um público. Assim, é inaugurado um novo tempo, em que a condição de assentado traz à tona novas expectativas no tocante a viver e a produzir na terra.

Com as novas lutas, emergem as estratégias de desenvolvimento do assentamento, e os assentados passam a reconstruir território na medida em recriam sua condição de classe e modo de vida enquanto camponeses. Nesse contexto, é possível identificar o surgimento de uma territorialidade que, ao contrário da passividade à ordem, delinea-se nos moldes do que Dematteis e Governa (2005) definem como territorialidade ativa, quando os agentes se inserem nas relações de poder local sem aceitar as imposições e as estratégias de controle dominantes, pois as examinam de forma ativa e frente às mesmas buscam construir sua autonomia. Processo que deriva “da ação coletiva territorializada e territorializante dos agentes locais e se dirige a construção de estratégias inclusivas.

As expressões mais nítidas desse processo no assentamento situam-se no surgimento de uma nova sociabilidade, através da organização comunitária, marcada pelo sentimento de coletividade, solidariedade e luta, presentes no enfrentamento dos problemas e desafios em que se inserem. O próprio nome do assentamento – Conquista do Caiboaté – vem ao encontro dessa perspectiva, pois através deste, os assentados procuram (re)significar a identidade na luta pela terra, visto que o assentamento situa-se nas Coxilhas do Caiboaté, espaço que, no século XVIII, foi um *locus* da resistência dos povos indígenas no Rio Grande do Sul¹⁰. Dessa forma “aos poucos o território dos assentados vai produzindo os seus próprios símbolos, identidades; cria significações da luta e do jeito cultural de cada um” (MEDEIROS, 2006, p.284).

Mesmo com as dificuldades no que tange ao acesso as políticas públicas, aos conflitos internos e ao perfil bastante urbanizado dos assentados que se reterritorializam após um

¹⁰ Refere-se à luta dos povos Guaranis contra sua expulsão das missões jesuítas estabelecida pelo Tratado de Madri, assinado pelos impérios lusitano e hispânico em 1750. A denominada pela historiografia de Batalha do Caiboaté, de 1756, fez parte das Guerras Guaraníticas. Essa batalha segundo Kuhn (2003) “foi travada logo após a morte de uma das principais lideranças indígenas, Sepé Tiaraju, e nela morreram cerca de 1.500 índios” (p. 46) que lutavam na defesa do território onde haviam construído suas raízes.

longo processo de desterritorialização tanto no espaço urbano quanto no espaço rural (visto que muitos deles, antes de ingressarem na luta pela terra, foram proletarizados e marginalizados), formam-se grupos de produção, e a maioria dos assentados conseguiu construir casas simples, com recursos próprios. Também, para a realização dessas atividades, eles tem recebido incentivos de outros assentamentos e de outros movimentos sociais. Um exemplo marcante dessas relações foi à doação de sementes realizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no ano de 2009. Ainda, mediante a discussão coletiva, elaboram-se as estratégias para a produção socioeconômica no assentamento, que envolvem a produção de sementes e o auto-consumo, a produção de hortaliças e fruticultura, a produção de leite e o cultivo do arroz orgânico nas áreas de várzea, o que corrobora com a visão de que

[...] en la territorialidad activa los agentes juegan papeles y desarrollan acciones. Se configuran, de este modo, estrategias de respuesta y de resistencia respecto a la impositiva del control y así se construyen también cambios e innovaciones (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005, p.45).

Essas transformações e inovações na trama de relações que compõe o território do assentamento e a territorialidade ativa de seus membros tornam possível identificar e caracterizar um modelo de desenvolvimento distinto em relação ao tradicional modelo capitalista do latifúndio e do agronegócio. Neste modelo, em detrimento da desigualdade social, do crescimento econômico, da apropriação indiscriminada da natureza, características da ordem capitalista, em que a economia luta para submeter a seu controle e subordinar a sua lógica todas as outras formas de interação social (ESTEVA, 2000). No assentamento contra objeta-se a busca pela superação do quadro de exclusão e pobreza no qual os camponeses desterritorializados estiveram inseridos. Isso evidencia uma estratégia de desenvolvimento que visa redução das desigualdades sociais, através de projetos de diversificação produtiva, tanto para auto-consumo quanto para a comercialização em circuitos simples da economia. Também se baseia no fortalecimento da organização popular e em relações menos degradantes com o ambiente.

Na contra-hegemonia desse modelo de desenvolvimento, a paisagem do território se reconstrói sob novas bases: à homogeneidade e ao despovoamento inerente à improdutividade do latifúndio e à monocultura do agronegócio, opõe-se a heterogeneidade e a diversidade da paisagem do território camponês, a partir da diversificação produtiva e do

maior número de pessoas ocupando o espaço. Dessa forma, ocorre uma inversão da lógica do desenvolvimento no espaço rural em questão, na qual os historicamente marginalizados “em vez de destruir, para que possam se liberar das cadeias econômicas que os prendem, imaginam sua resistência como uma reconstituição de formas básicas de interação social” (ESTEVA, 2000, p.77). Essa inversão de lógica representa um movimento em direção ao desenvolvimento territorial rural sustentável.

Os saberes agroecológicos como estratégicos para o desenvolvimento territorial rural sustentável

É fundamental destacar que o conceito de desenvolvimento rural sustentável é polissêmico. Foi incorporado tanto pelo discurso capitalista quanto pelos que buscam a formação de outro modo de organização da vida em sociedade. No que concerne à última forma de agir e pensar, encontra-se a perspectiva que encara os saberes agroecológicos como estratégicos para um movimento em direção ao real sentido do desenvolvimento rural sustentável. Questão presente nas reflexões de Leff (2002), Gomes (2003), Dover e Talbot (1992) e Sevilla Guzmán (2002). Também se apresentam concepções como as que revelam a importância do território no processo de desenvolvimento, conforme propõem Dematteis e Governi (2005), para que se delineie um modelo de desenvolvimento territorial sustentável no espaço rural.

Ainda se deve salientar que, no assentamento Conquista do Caiboaté, estão postas as premissas para que esse processo se aprofunde, em virtude das relações sociais e das estratégias estabelecidas no processo de desenvolvimento. Entretanto, acredita-se que será mediante a articulação entre as experiências acumuladas pelos camponeses, seus saberes, a teoria e a ação política no espaço e no tempo, que se vislumbraria a efetividade desse modelo. Assim, reafirma-se a necessidade da perspectiva agroecológica como estratégica, pois

[...] os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. Esses saberes e práticas não se articulam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e de ação política, que abrem o caminho para aplicação de seus métodos e para a implementação de suas

propostas. Os saberes agroecológicos se forjam na interface entre cosmovisões, teorias e práticas (LEFF, 2002, p.37).

Nessa articulação entre teoria e prática, frente às diversas visões de mundo, Gomes (2003) enfatiza a agroecologia enquanto um paradigma emergente, que se baseia no pluralismo tanto epistemológico quanto metodológico. Esse pluralismo abrange a pluralidade de contextos e soluções para a produção e circulação do conhecimento; a abertura aos conhecimentos e técnicas tradicionais como fontes válidas; a implicação do contexto social e suas demandas na produção e circulação do conhecimento numa perspectiva interdisciplinar.

Por sua vez, Dover e Talbot (1992) inserem a ecologia como momento integrador, para se pensar o desenvolvimento rural sustentável. Põem em destaque o ecossistema como unidade básica para se atingir a agricultura sustentável, sendo que sua contrapartida social é o agroecossistema como unidade organizadora de um modelo de desenvolvimento que se aproxime das formas naturais, que interaja coevolutivamente com os processos biológicos vigentes nas distintas realidades em que a agricultura está inserida. Assim, apresentam diversas experiências e propostas para a aplicação do conhecimento ecológico aos agroecossistemas, com vistas à redução dos impactos da ação humana na natureza e, ao mesmo tempo, ao fortalecimento de sua autonomia no processo de produção da vida social, contrapondo-se à subordinação imposta pelos modelos de agricultura baseados na industrialização, cujos impactos sobre os ecossistemas tem sido desastrosos.

Em consonância com essas abordagens, Sevilla Guzman (2002) enfatiza a perspectiva sociológica dos saberes agroecológicos e propõe a pesquisa-ação participativa, sob o enfoque dialético, como instrumento de ruptura da hierarquia do poder entre o sujeito e o objeto da pesquisa, o que possibilita um salto da ação social coletiva à ação em movimento social. Quanto à formação dos sujeitos históricos desse processo de desenvolvimento rural sustentável a partir da agroecologia, tanto Sevilla Guzmán (2002), quanto Leff (2002), destacam o papel dos camponeses organizados em movimentos sociais, das comunidades rurais tradicionais, dos historicamente marginalizados, visto que a

[...] degradação sócio-ambiental está exigindo a impostergável necessidade de transformar os princípios da racionalidade econômica, de seu caráter desigual e depredador, para construir uma racionalidade produtiva capaz de gerar um desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro. Este debate teórico e político gerou um amplo movimento social através do qual

os princípios do desenvolvimento sustentável se vão arraigando nas lutas populares e nas organizações das comunidades rurais, em defesa da autogestão de suas terras e de seus recursos (LEFF, 2002, p.44).

A estas concepções somam-se as contribuições de Damatteis e Governa (2005) para elaboração de uma nova síntese acerca dos processos de desenvolvimento, que inclui a categoria território como central. Nessa perspectiva, o desenvolvimento territorial é entendido como um processo de valorização do patrimônio territorial, dos recursos e dos atores locais, sendo construído a partir da ação coletiva dos agentes sociais sobre a materialidade dos lugares. A sustentabilidade ultrapassa a dimensão ambiental, ainda que considere como fundamental a conservação do *capital natural*. Ela abrange as dimensões política, social e cultural no processo de desenvolvimento territorial, a partir das quais ganham relevância a ação coletiva dos agentes locais, a preservação de suas identidades e da diversidade cultural, tanto quanto a busca pela redução das desigualdades sociais.

Portanto, os elementos presentes nessas abordagens convergem no sentido de apontar as formas e o conteúdo, os processos e as relações, a reflexão e a ação que devem subsidiar o movimento em direção ao desenvolvimento territorial sustentável no espaço rural, sem desconsiderar as diferentes realidades e dinâmicas vigentes, num espaço rural fortemente marcado pelo conflito, como o espaço rural da região da Campanha Gaúcha, de modo geral, e do município de São Gabriel, de modo particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A riqueza e a diversidade do espaço rural da região da Campanha Gaúcha, ao submeter-se ao desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, converteu-se de possibilidade de liberdade e auto-determinação dos sujeitos históricos em fonte de alienação, exploração e expropriação da parcela majoritária da sociedade regional. A lógica do desenvolvimento capitalista que traz como elemento central a imposição da acumulação de capital, a partir de relações sociais exploratórias e de uma visão destrutiva da natureza e do ser social, situa-se no centro desta problemática.

Nesse contexto, o latifúndio e o agronegócio se colocam como as formas-conteúdo que difundem esse modelo no espaço e no tempo, constituindo os territórios do capital no espaço rural em questão. Ambos forjam sua hegemonia através das múltiplas dimensões das

relações de poder que se estabelecem nas diferentes escalas espaciais. O tradicional latifúndio, apesar de perder força no contexto socioeconômico, encontrou como possibilidade de reprodução de sua territorialidade a articulação com o moderno agronegócio. Assim, para assegurar sua hegemonia no plano político e ideológico, utiliza-se de relações simbólico-culturais capazes de difundir a visão de mundo que constrói. Da aliança entre latifúndio e agronegócio emerge um bloco no poder que exerce a direção econômico-social, política-ideológica, simbólico-cultural e orienta a visão ambiental dos diversos sujeitos históricos no contexto da produção do espaço rural.

Entretanto esta não pode ser considerada a única possibilidade para seu desenvolvimento, pois as contradições inerentes à ordem do capital demonstram que a reprodução de suas desigualdades mediadas pela dinâmica do tempo e do espaço geográfico abre brechas para um movimento em direção a sua superação.

Nesse movimento, ingressam outras formas de organização social que culminam em formas distintas de organização do espaço, como os assentamentos rurais, que recriam o campesinato fronteiriço e as frações de seus territórios através da territorialidade ativa de seus membros, criando novas possibilidades de reprodução da vida. Estas caminham no sentido do desenvolvimento territorial rural sustentável como ocorre no Assentamento Conquista do Caiboaté, em que pesem suas limitações.

Contudo, cabe destacar que a efetivação desse movimento será possível mediante a articulação entre teoria e prática, entre os diversos saberes agroecológicos dos sujeitos históricos. Porém, esse é apenas mais um movimento necessário ao acúmulo de forças para que se possa vislumbrar a mudança global das relações econômico-sociais, sócio-ambientais, político-ideológicas e simbólico-culturais impostas pelo modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, S; VERGOPOULOS, C. (org.). **A questão agrária e o capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

ALVES, F. D. **Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Caiodota - RS**. 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

AXT, G. Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder. In: REKZIEGEL, A. L.; AXT, G. (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2007

BERGAMASCO; S. M. ; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOURDIEU. P. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: MICELI, S. (org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva S. A, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHELOTTI, M. C. **A instância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

DA ROS, C. A. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. **CPDA – Ruralidades**, Rio de Janeiro, n.4, 2002.

DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F. Território y territorialidad en el desarrollo local. La contribución del modelo SLOT. **Boletim da A.G.E.** n. 39, p. 31-58, 2005.

DOVER, M. J.; TALBOT, L. M . **Paradigmas e princípios ecológicos para a agricultura**. Rio de Janeiro: AS – PTA, 1992.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FARINATTI, L. A. Escravos do pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, n.33, julho/dezembro. 2006.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T. ; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. ; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FONSECA, V. P. S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: A contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira**. 1994. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, B. M. ; MEDEIROS, L. S. ; PAULINO, M. I. (org.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas**. São Paulo: UNESP, Brasília: NEAD, 2009.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. ; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA. R. L (org.). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOMES, J. C. C. Pluralismo Epistemológico e Metodológico como base para o Paradigma Ecológico. **Ciencia e Ambiente**, Santa Maria, n.27, Julho/Dezembro. 2003.

GRAMSCI. A. O moderno príncipe. In: GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIMARÃES, A.P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL (SNCR). **Estrutura fundiária da Região da Campanha Gaúcha**, 2003.

KUHN, F. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LEFF, H. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar. 2002.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio a reflexão teórica. In.: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Vol. I, Tomo I.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital - Resultados do Processo de Produção Imediata**. São Paulo: Editora Moraes, 1985. P.87 – 108.

MEDEIROS, R. M. V. Camponeses, culturas e inovações. In: ARROYO, M.; LEMOS, A. I. G. ; SILVEIRA, M. L. (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006.

OLIVEIRA, A. U de. **Geografia das lutas do campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In. OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta social e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

OSÓRIO, H. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJ, L. A; KUHN, F; NEUMANN, E. S. (org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PRADO JR. C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática: 1993

SANTOS, A. L. M dos. **A reconstrução dos territórios a partir da luta pela terra: o processo de formação do Assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS**. 2010. Trabalho de Graduação (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da USP, 2008.

_____.A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2007.

SHANIN, T. Introducción. In: SHANIN, T. (org.) **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____.Campesinato: questões teórico-políticas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SEVILLA GUZMÁN, E. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, 2002.

SWEEZY, P. M. **Capitalismo Moderno**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

Artigo recebido em 16/07/2011.

Artigo aceito em 04/08/2011.